

Governo do Distrito Federal



Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Divisão de Planejamento de Águas Pluviais

Termo de Referência n.º 23/2026 - NOVACAP/PRES/DO/DDR/DPAP

TERMO DE REFERÊNCIA
(À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016)

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA			
OBJETO:		Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de dispositivo de drenagem monoarticulado (Grelha), ecológico, destinado à captação de águas pluviais em vias públicas do Distrito Federal, composto por moldura e tampa articulada de abertura central (padrão NOVACAP), fabricado em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade.	
NÚMERO DO PROCESSO:		00112-00011619/2025-76	
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO
R-00	Versão inicial	03/11/2025	Técnico(a) em Edificações Lucilane Alves Guimarães
R-01	Atendendo ao Despacho 186955821 , foram feitas modificações no item 3.6 para refletir a Especificação Técnica GRELHA PLÁSTICA (185036968).	13/11/2025	Eng. Felipe Dortas
R-02	Atender o Parecer 700/2025 (190198223)	20/01/2026	Técnico(a) em Edificações Lucilane Alves Guimarães

INTRODUÇÃO:

O presente documento possui como objeto a elaboração de Termo de Referência para Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de dispositivo de drenagem monoarticulado, ecológico, destinado à captação de águas pluviais em vias públicas do Distrito Federal.

É composto por moldura e tampa articulada de abertura central (padrão NOVACAP), fabricado em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade, nas cores preta ou verde, destinado à instalação em vias públicas do Distrito Federal, para permitir o escoamento adequado das águas pluviais para as galerias existentes.

O conjunto deverá atender às especificações técnicas e dimensionais padronizadas pela NOVACAP, garantindo compatibilidade com os dispositivos já implantados na rede de drenagem urbana do DF e observando as normas técnicas aplicáveis e exigências de desempenho, resistência e segurança.

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei Nº 13.303 de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Distrital 45.539/2024 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

1. OBJETO

Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de dispositivo de drenagem monoarticulado (Grelha), ecológico, destinado à captação de águas pluviais em vias públicas do Distrito Federal, composto por moldura e tampa articulada de abertura central (padrão NOVACAP), fabricado em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade.

2. JUSTIFICATIVA

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP possui, entre suas finalidades institucionais, a execução, fiscalização e manutenção das obras e sistemas de drenagem pluvial do Distrito Federal, atuando diretamente na implantação e recuperação de dispositivos de captação e escoamento de águas.

O presente procedimento licitatório, na forma de Ata de Registro de Preços (ARP), tem por objetivo o fornecimento de **Grelha Monoarticulada fabricada em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade** destinados à reposição e padronização dos

dispositivos de drenagem existentes, muitos dos quais encontram-se danificados ou inadequados às condições de tráfego e às novas especificações técnicas de segurança e durabilidade.

O modelo monoarticulado, ecológico e fabricado em material plástico de alta resistência proporciona maior leveza, facilidade de manuseio, resistência à corrosão e redução de furtos, além de atender às exigências de sustentabilidade e reaproveitamento de materiais reciclados.

Dessa maneira, a aquisição dos materiais ora licitados é imprescindível para que o sistema de drenagem não sofra **colapsos localizados ou regionais**, assegurando a fluidez das águas pluviais e a eficiência das galerias, diante do expressivo número de dispositivos instalados, dos furtos rotineiros e da expansão constante da malha urbana com novos projetos de urbanização.

Desta forma, o material a ser adquirido é de suma importância para a NOVACAP e deverá estar em conformidade com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, devidamente fundamentado nos Artigos 113 a 114 e Artigos 62 a 66 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

3. CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO

O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a Nota Técnica Nº 90 - ([185935891](#)).

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de dispositivo de drenagem monoarticulado (Grelha), ecológico, destinado à captação de águas pluviais em vias públicas do Distrito Federal, composto por moldura e tampa articulada de abertura central (padrão NOVACAP), fabricado em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade.				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM	X	NÃO	
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap: 1 - O objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata do fornecimento de um material cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado; 2 - O objeto da presente contratação é de natureza continuada; 3 - O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de fornecimento de material; 4 - Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva;				

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	X
Definida	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: Os serviços serão divididos em duas cotas, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • Lote 01 – Ampla Concorrência: 90% (noventa por cento), • Lote 02 – Cota reservada: 10% (dez por cento), destinada à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP). 				

MODALIDADE	
Procedimento Licitatório Eletrônico	
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	X
Pregão Presencial	
Dispensa de Licitação	
Inexigibilidade de Licitação	

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: Não haverá restrição à participação de empresas consorciadas, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no Edital.				

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM	X	NÃO	

JUSTIFICATIVA: No presente certame, cujo objeto se restringe ao **fornecimento de Grelha Monoarticulada fabricada em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade**, não se vislumbra impedimentos à participação de cooperativas. A vedação às cooperativas, em regra, ocorre em contratações que demandam **execução direta de serviços com vínculo de subordinação, coordenação hierárquica e controle técnico-operacional pela Administração**, situações em que se configuraria relação de emprego disfarçada ou intermediação irregular de mão de obra.

Entretanto, tratando-se de **aquisição de bens padronizados e previamente especificados**, a atividade da contratada limita-se à entrega do material conforme padrões de qualidade estabelecidos no edital e no termo de referência. Não há exigência de subordinação de trabalhadores à Administração, tampouco necessidade de organização hierárquica ou comando técnico centralizado.

PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP	SIM		NÃO	X
<p>JUSTIFICATIVA: Considerando os termos do §1º do art. 25, do caput do art. 26 e do art. 28 da Lei Distrital nº 4.611/2011, verifica-se a viabilidade e adequação da aplicação de cota reservada ao presente objeto, por se tratar de fornecimento de bem padronizado, de baixo risco tecnológico e de fabricação simplificada, amplamente disponível no mercado local e nacional. O fornecimento de dispositivos de drenagem monoarticulados em material plástico de engenharia caracteriza-se como objeto comum, cujas especificações de desempenho e qualidade são claramente definidas neste Termo de Referência e passíveis de atendimento por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), sem prejuízo da competitividade ou da qualidade do produto ofertado. Dessa forma, mostra-se pertinente a reserva de 10% (dez por cento) do quantitativo total à participação de ME e EPP, em conformidade com o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e com os dispositivos da Lei Distrital nº 4.611/2011, promovendo o fomento ao desenvolvimento econômico local e o incentivo à participação de pequenos negócios nas contratações públicas.</p> <p>Grelha Monoarticulada fabricada em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade 185163445</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lote 01 –Ampla Concorrência: 90% (noventa por cento), • Lote 02 – Cota reservada: 10% (dez por cento), destinada à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP). 				

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

REGIME DE EXECUÇÃO	
Empreitada por preço unitário	X
Empreitada por preço global	
Contratação semi-integrada	

VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO
<p>TOTAL R\$ 1.598.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil reais).</p> <p>VALOR ESTIMADO POR COTA (185163445)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lote 01 Ampla Concorrência - R\$ 1.438.200,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos reais) • Lote 02 Exclusiva de ME e EPP - R\$ 159.800,00 (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos reais)

MODO DE FORNECIMENTO	
Entregas Parceladas sob demanda	X
Entrega Única	

3.1 Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

3.1.1 o objeto da presente contratação é de natureza comum.

3.1.2 os serviços objeto deste Termo de Referência é de prestação continuada;

3.1.3 o objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de fornecimento de material;

3.1.4 não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

3.2 Trata-se de quantidade estimada pelo setor da Novacap que utiliza o referido material Doc. SEI([185163445](#)).

3.3 A licitação se dará por Pregão Eletrônico, para Registro de preços por lote, que será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 13.303/16, o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e as disposições deste documento e do Edital.

3.3.1 Serão obedecidas as disposições dos Art. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

3.4 O valor total estimado para a contratação é de:

TOTAL R\$ 1.598.000,00 sendo:

Grelha Monoarticulada fabricada em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade

- **Lote 01 Ampla Concorrência - R\$ 1.438.200,00** (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos reais)
- **Lote 02 Exclusiva de ME e EPP - R\$ 159.800,00** (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos reais)

3.4.1 Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.

3.5 O modo de disputa será aberto, mediante a apresentação de lances públicos e sucessivos, objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.

3.6 O objeto deve ter as seguintes especificações técnicas:

Moldura: Deve ser fabricada em material plástico de alta resistência e durabilidade, com abas próprias para instalação direta no pavimento, com dimensões externas de 540 mm (+/- 5 mm) de largura x 1000 mm (+/- 5 mm) de comprimento x 85 mm (+/- 5 mm) de altura, com 10 furos bilongados medindo 25 x 80 mm (que servirão de travamento na concretagem). Possuir abas internas para apoio da tampa, com dimensões de 30 mm (+/- 5 mm) de largura, e peso aproximado de 10,5 kg. Deve suportar carga mínima de 20 toneladas (deformação da grelha) quando submetida à compressão, apoiada em dois pontos, com carga concentrada no centro, comprovada por relatório de ensaio emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO. Não pode apresentar trincas, quebras ou deformações quando submetida ao ensaio de carga de controle, com carga aplicada de 125 kN e tempo de ensaio de 30 segundos.

Tampa: Deve ser fabricada em material plástico de alta resistência e durabilidade, com as seguintes dimensões: 412 mm (+/- 5 mm) de largura x 820 mm (+/- 5 mm) de comprimento x 55 mm (+/- 5 mm) de altura e peso aproximado de 9,5 kg. Deve apresentar superfície antiderrapante do tipo "chapa xadrez", com ressalto de aproximadamente 2 mm de altura, distribuídos de forma uniforme. Deve conter, de forma legível e indelével, as inscrições "MATERIAL PLÁSTICO SEM VALOR COMERCIAL", "ÁGUAS PLUVIAIS" e "NOVACAP", com 2 mm de altura, na face superior. A tampa deverá ter 20 aberturas de aproximadamente 30 x 160 mm, gerando uma área de vazão total para escoamento de, no mínimo, 0,10 m².

Dimensões: Devem obedecer ao padrão e às medidas das grelhas existentes no DF (1000 mm x 540 mm), permitindo instalação direta no pavimento, de forma a se encaixar nos sistemas de águas pluviais existentes no Distrito Federal.

4. FUNDAMENTO LEGAL

A execução do Objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto na seguinte legislação:

- Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);
- Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
- Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão);
- Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);
- Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);
- Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- Lei nº 9.069/1995 (Art. 28 - Reajuste anual);
- Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
- Decreto nº 8.945/2016 (Dispõe, no âmbito federal, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);
- Lei Distrital nº 4.611/2011 (Dispõe sobre tratamento preferencial e simplificado nas contratações pública microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
- Lei Distrital nº 6.112/2018 (Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a administração pública do Distrito Federal);
- Decreto Distrital nº 35.592/2014 (Regulamenta tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);

m) Decreto Distrital nº 37.967/2017 (Dispõe, no âmbito distrital, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);
n) Acórdão 1.502/2018 Plenário TCU (divulgação obrigatória do orçamento de referência);
o) Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (RLC);
p) Parecer SEI-GDF nº 132/2021 - NOVACAP/PRES/DI/DECONS (Reequilíbrio Econômico Financeiro);
q) Termo de referência e especificações - elaboração de sistema de drenagem pluvial no DF - Abril/2019;
r) Resolução 40/2024 - Adasa, condições gerais da prestação e utilização de serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no DF;
s) Resolução 26/2023 - Adasa, requerimento e obtenção de registro de uso, de outorga prévia e de outorga de direito de uso de recursos hídricos para o lançamento de águas pluviais em corpos hídricos superficiais de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e estados,
t) Resolução 25/2023 - Adasa, execução integrada das atividades de inspeção, identificação e correção dos lançamentos irregulares de esgotos sanitários ou outros efluentes no sistema público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e de águas pluviais no sistema público de esgotamento sanitário.
u) Manual de boas práticas - Adasa/2022, Controle de erosão do solo e manejo de sedimentos e outros contaminantes em canteiro de obra;
v) Manual de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas do DF;
x) Contrato de concessão nº 01/2023 - Adasa/Novacap;

5. DEFINIÇÕES E SIGLAS

5.1 São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: são as especificações técnicas do material a ser fornecido pela empresa contratada.

CONTRATADA: é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

CONTRATANTE: é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

EXECUÇÃO INDIRETA: contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

FISCAL DO CONTRATO: empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a ser adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pela contratada.

FISCALIZAÇÃO: é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

GESTOR DO CONTRATO: empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, considerando o que prevê o instrumento e as normas internas da NOVACAP.

CUSTO UNITÁRIO: custo para execução de uma unidade de medida do item previsto.

PREÇO UNITÁRIO: preço referente a uma unidade de medida do item previsto. É igual ao custo unitário acrescido do valor de BDI considerado para o item.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO: detalhamento do preço unitário do item, expressando a descrição, coeficientes de consumo, custos unitários dos materiais e serviços associados (frete), impostos e BDI relativos à execução de uma unidade de medida.

BDI: percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

PREPOSTO: pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: é a comprovação de experiência na execução do objeto em questão.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: é o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: É o instrumento contratual por meio do qual uma seguradora assume a obrigação de indenizar o segurado por danos involuntários causados a terceiros — pessoas físicas ou jurídicas — em decorrência de sua atividade, operação, serviço ou produto. Esse seguro visa proteger o patrimônio da empresa ou profissional contra eventuais reclamações de indenização judicial ou extrajudicial, abrangendo, conforme a apólice, danos **materiais, corporais e/ou morais**.

5.2 SIGLAS:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas.

NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES

6.1 A quantidade a ser adquirido será conforme Despacho (Doc. SEI/GDF [174532346](#)).

6.2 Conforme planilhas estimativas Doc.SEI ([185163445](#)) os valores a ser licitado serão:

TOTAL R\$ 1.598.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil reais)**sendo:**

Grelha Monoarticulada fabricada em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade

- **Lote 01 Ampla Concorrência - R\$ 1.438.200,00** (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos reais)
- **Lote 02 Exclusiva de ME e EPP - R\$ 159.800,00** (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos reais)

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

7.1 A documentação técnica que compõe este Termo de Referência e fará parte integrante do Contrato, valendo como se neste estivesse efetivamente transcrito, é composta dos documentos listados abaixo:

Especificações Técnicas:

A execução dos serviços e os materiais fornecidos obedecerão às normas e métodos previstos na Especificação Técnica, considerando-se as indicações contidas neste Termo de Referência.

- Doc. SEI/GDF [174532346](#) - Despacho, Aquisição de Grelha Monoarticulada fabricada em material plástico de engenharia de alta resistência e durabilidade ;
- Doc. SEI/GDF [176587674](#) - Despacho - NOVACAP/PRES/DO;
- Doc. SEI/GDF [174530366](#) - Projeto desenvolvimento grelha ecológica articulada Novacap;
- Doc. SEI/GDF [185036968](#) - Especificação Técnica Grelha Plástica;
- Doc. SEI/GDF [185163445](#)- Estimativa de custo e orçamento de ampla Concorrência e Exclusiva de ME e EPP;
- Doc. SEI/GDF [185163445](#) - Cotação;
- Doc. SEI/GDF [185935891](#) - Nota Técnica;
- Doc. SEI/GDF [191823816](#) - Termo de Referência;

7.2 As especificações e descrições dos materiais, serviços ou equipamento constam na documentação técnica listada acima.

8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

8.1 Os documentos técnicos relativos a esta contratação são compostos, de forma complementar, pelos documentos relacionados no sub item 7.1 deste Termo de Referência e anexos do Edital.

8.2 Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

- 8.2.1** Em caso de divergência entre as planilhas estimativas da Novacap e as especificações técnicas dos demais documentos elencados no subitem 7.1, prevalecerão estas últimas;
- 8.2.2** Em caso de divergência entre os documentos elencados no subitem 7.1 e este Termo de referência, prevalecerá este último;
- 8.2.3** Em caso de dúvidas quanto à interpretação das disposições contidas nos documentos elencados no subitem 7.1 e neste Termo de referência, serão consultados os autores dos documentos e a FISCALIZAÇÃO.
- 8.2.4** Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá sempre o último.
- 8.2.5** Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha estimativa da Novacap e o custo unitário apresentado na composição de custo e preço unitário do próprio serviço, prevalecerá este último.

9. CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS

9.1 Antes da data de apresentação da proposta para aquisição e fornecimento do material a Proponente deverá:

- 9.1.1.1** Fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização das informações apresentadas nas especificações técnicas e nos demais documentos elencados no item 7.1.
- 9.1.1.2** Após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à NLC/DA/PRES/NOVACAP, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento do objeto a ser contratado.

10. DAS PROPOSTAS

10.1 Da apresentação da proposta:

- 10.1.1** A Proponente deverá considerar, para efeito da elaboração de sua proposta de preço, que os respectivos quantitativos são aqueles apresentados no item 6 deste Termo de Referência. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item "16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS" deste Termo de Referência.
- 10.1.2** Eventuais divergências detectadas pela Proponente nos documentos elencados no item 7.1 deverão ser comunicadas a esta Companhia.
- 10.1.3** Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos elencados no item 7.1 e anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões.
- 10.1.4** As licitantes deverão apresentar a planilha de preço unitário do material no mesmo formato do (Doc. SEI/GDF [185163445](#)), nas seguintes condições:

- 10.1.4.1** A planilha de preço unitário deverá estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na proposta da proponente;

10.1.5 O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela Novacap (por lote).

10.1.6 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua entrega.

10.2 Das regras das fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação:

Serão seguidas as regras apresentadas no art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

10.3 Dos critérios de desclassificação das propostas:

10.3.1 Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis;

10.3.2 Serão desclassificadas as propostas que descumpram especificações técnicas constantes do Edital;

10.3.3 Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis;

10.3.4 Serão desclassificadas as propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NOVACAP;

10.3.5 Serão desclassificadas as propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;

10.3.6 Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço unitário ou global superior ao estimado pela Novacap.

10.3.7 Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço global simbólico, irrisório ou de valor igual a zero.

10.3.8 Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário apresentem itens com custos unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta;

11. EXIGÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 À luz da Lei 6.308 de 13/06/2019 que altera a Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, Decreto nº 40.388, na Portaria nº 79, de 22 de maio de 2024 e Ofício Circular Nº 1/2026 - CGDF/GAB ([191387735](#)), para os contratos com valor global igual ou superior a R\$ 7.015.476,03 (sete milhões, quinze mil quatrocentos e setenta e seis reais e três centavos) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa a ser contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência de Programa de Integridade nos termos da Lei nº 6.308 de 13/06/2019. O descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.308 de 13/06/2019, ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.

11.2 Além da Declaração de existência de Programa de Integridade citada no subitem anterior, para celebração do contrato será exigida também a apresentação dos seguintes documentos pela empresa a ser contratada:

a) Relatório de Perfil, nos termos do Anexo I do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020;

b) Relatório de Conformidade do Programa, nos termos do Anexo II do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020.

11.3 Previamente à formalização da proposta vencedora em Ata de Registro de Preços, a PROPONENTE VENCEDORA deverá fornecer à NOVACAP as planilhas orçamentária por ela elaboradas, com todas as composições auxiliares, em meio eletrônico, nos formatos PDF e Excel, com o mesmo conteúdo daquele vencedor da licitação.

11.4 O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (RLC) em seu artigo 66.

12. VIGÊNCIA, PRAZOS, LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA DO MATERIAL

12.1 O prazo de vigência do(s) contrato(s) será de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado por igual período sucessivamente, sendo o limite máximo permitido para prorrogação (5 anos).

12.2 As condições para prorrogação de prazo dos contratos são dispostas nos artigos 177 e 178 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

12.3 O prazo de entrega dos materiais será de no máximo 40 dias corridos para cada pedido, contados a partir do recebimento da contratada do pedido emitido pelo Gestor do Contrato. O pedido será realizado por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta, WhatsApp, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente. Caberá ao Gestor do Contrato comprovar o envio do pedido ao fornecedor.

12.4 O material a ser entregue não acarretará qualquer ônus adicional a NOVACAP, ficando a cargo da empresa qualquer evento que possa surgir.

12.5 O local de entrega será : Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, que está situada ao SAP SUL Lote B, Pátio da DIMAD/NOVACAP - Guará - DF, CEP 71.215-000. Horário de entrega: de 08:00 h às 12:00h e de 13:00h às 15:00h.

13. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

13.1 A CONTRATADA deverá fornecer materiais comprovadamente de primeira qualidade e que satisfaçam rigorosamente às condições estipuladas conf. especificações técnicas . Caso contrário, o material será recusado, ficando o fornecedor com o ônus deste material recusado, transporte e quaisquer outros encargos existentes, não restando a esta Companhia nenhum débito com o fornecedor.

OBS: Ressalta-se que para o recebimento dos materiais pela NOVACAP, há necessidade de apresentação pela empresa contratada para o fornecimento, de todos os dados relacionados com as características e qualidade dos materiais, tais como: Indicação da Classe de resistência dos materiais normatizados, diâmetros e dimensões nominais, resistência dos materiais,

quantidades, data de fabricação, número dos lotes de fabricação, e apresentação de laudos de ensaios relativos aos lotes de materiais que serão entregues, tudo de acordo com os projetos e especificações técnicas.

13.2 A quantidade de material a ser entregue será de acordo com o pedido emitido pelo Gestor do Contrato.

13.2.1 O objeto será fornecido conforme especificações e quantitativos solicitados, sendo de responsabilidade da contratada providenciar o transporte que melhor se adeque a esse pedido.

13.2.2 A medição do material fornecido utilizará as unidades constantes nas planilhas estimativas da NOVACAP.

13.3 O recebimento do material será acompanhado e fiscalizado pelo servidor designado como fiscal do contrato.

13.4 A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo na entrega do material na NOVACAP, com as devidas justificativas, cabendo ao Diretor de Obras analisar e autorizar a prorrogação caso não prejudique o andamento dos serviços.

13.5 Caberá ao fornecedor, no início do contrato formalizar, juntamente ao gestor, por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta, WhatsApp, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, os telefones e/ou outros meios de comunicação para a realização do pedido de material.

13.6 O material será recebido de acordo com a necessidade do setor.

13.7 Deve ser verificados as seguintes especificações:

- Moldura: reforçada com mão francesa e abas internas para apoio da tampa articulada. Peso: menor que 10 kg.
- Tampa articulada: superfície antiderrapante tipo “chapa xadrez”, com inscrições em alto-relevo e legíveis: “MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO SEM VALOR COMERCIAL”; “NOVACAP – ÁGUAS PLUVIAIS”. Área mínima de vazão: 0,13 m².
- Sistema de articulação: em aço carbono.
- Peso total do conjunto: menor que 20 kg.
- Dimensões: compatíveis com os padrões de grelhas utilizadas no Distrito Federal, permitindo instalação direta nos sistemas de drenagem existentes.
- Acabamento: sem rebarbas ou bordas cortantes.
- Resistência mecânica: deve suportar carga mínima de 25 toneladas (deformação da grelha) quando submetida à compressão entre dois apoios, sem trincas, quebras ou deformações, conforme ensaio de carga de controle com 125 kN durante 30 segundos, comprovado por relatório de ensaio emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO.
- Exigências complementares: Apresentar relatório de ensaio comprovando as características técnicas descritas.
- Fornecer 1 (uma) amostra física acompanhada do respectivo laudo técnico ou protótipo similar, que permita verificar conformidade e qualidade do produto.
- Garantia mínima: 01 (um) ano contra defeitos de fabricação, devendo a contratada substituir qualquer peça avariada sem ônus para a NOVACAP

13.8 Caso sejam identificados defeitos, vícios aparentes e ocultos ou perda de desempenho no período de 1 ano após a entrega dos materiais, a substituição do insumo deverá ser feita integralmente às expensas da contratada.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar o total do objeto a ela adjudicado.

14.2 A subcontratação estará condicionada à:

14.2.1 apresentação do contrato ou de documento que comprove a relação entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

14.2.2 comprovação pela CONTRATADA:

14.2.2.1 da Habilitação jurídica da SUBCONTRATADA, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa e sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

14.2.2.2 da Regularidade Fiscal e Trabalhista da SUBCONTRATADA, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal para todas as empresas licitantes. Prova de regularidade com a Fazenda do Município e do respectivo Estado, para as empresas licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal;
- d) regularidade com a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida pela Receita Federal a ser confirmada a sua autenticidade no sítio eletrônico da Receita Federal;
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, com o INSS ou instrumento equivalente, em plena validade;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS ou instrumento equivalente, em plena validade, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em plena validade, para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, por meio eletrônico/via internet – www.tst.jus.br/certidao1 - (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

14.2.2.2.1 Os documentos acima exigidos devem ser obrigatoriamente relativos ao domicílio ou sede da empresa subcontratada.

14.2.2.2.2 Todos os documentos relativamente à regularidade fiscal poderão ser emitidos via internet.

14.3 A responsabilidade perante a CONTRATANTE sobre o serviço retromencionado não será transferida aos subcontratados, devendo a CONTRATADA responder exclusiva e diretamente pela fiel observância das obrigações contratuais.

14.3.1 A CONTRATADA é responsável por fiscalizar todos os trabalhos executados pelos subcontratados, de forma que sejam obedecidas todas as orientações deste Termo de Referência, especificações técnicas e demais legislações e normas vigentes, inclusive aquelas relacionadas a higiene e segurança do trabalho, promovendo o treinamento de pessoal e fornecendo os equipamentos de proteção individuais quando necessário.

14.3.2 A CONTRATADA deverá treinar e alertar seus subcontratados quanto às premissas de sustentabilidade de forma a garantir que atenda as metas estabelecidas pela CONTRATANTE.

15. PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO

15.1 As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item, bem como o que for estabelecido no Edital e no Contrato.

15.2 Após aceitação do material por parte do fiscal do contrato e apresentação da documentação exigida no Edital e/ou Contrato, o pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, nas condições no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

15.2.1 O pagamento será feito com base nos preços unitários contratuais, os quais representarão a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão-de-obra, equipamentos, encargos e eventuais necessários ao completo fornecimento do material.

15.3 Durante a vigência do contrato, documentos adicionais tais como notas fiscais fornecidas pela contratada poderão ser solicitados pelo fiscal do contrato. No caso de subcontratação/terceirização do frete do material, deverão ser apresentadas as notas fiscais relativas ao serviço.

15.4 Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

15.4.1 O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da data do Orçamento Estimativo da Novacap (**08/10/2025**), conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 19/2017 - Plenário - em seu Item 9.5.1.

15.4.2 A concessão de reajuste contratual de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a data-base original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados no contrato.

15.4.3 Para efeito de reajuste do futuro contrato deverá ser adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e fornecido pelo IBGE.

15.5 Para fins reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

15.5.1 Procedimentos e critérios adotados na Instrução Normativa n.º 367/2022 - NOVACAP/PRES/ASESP. (Doc. SEI/GDF [186592765](#)).

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução dos serviços, proveniente de pessoas não autorizadas.

16.2 Serão admitidos acréscimos e supressões, desde que esteja de acordo com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, em especial com seu artigo 181, e desde que a solicitação de acréscimo/supressão pela contratada não corresponda a um risco alocado no mapa de riscos como de responsabilidade da própria contratada.

16.3 Após a assinatura do Contrato, toda e qualquer sugestão da CONTRATADA visando modificar o projeto, especificações de materiais, quantidades ou substituição de serviços deverá ser encaminhada à FISCALIZAÇÃO por Carta emitida em 02 (duas) vias, ao mesmo tempo em que deverá fornecer:

16.3.1 Justificativa técnica e comercial as alterações propostas;

16.3.2 Documentos comprovando a impossibilidade do fornecimento do material especificado por parte do fabricante; se for o caso;

16.3.3 Composição de custos dos serviços novos, nos termos previstos em Edital;

16.3.4 Coleta de preços de insumo não previsto na planilha contratual, apresentando propostas de três fornecedores;

16.3.5 Documentos de análise técnica dos materiais por entidades reconhecidas no mercado, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

16.4 Caso haja alterações nos parâmetros de aprovação, habilitação e/ou licenciamento durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá promover regularização junto aos órgãos competentes.

16.5 Todos e quaisquer pedidos de alterações do contrato ou da Nota de Empenho serão dirigidos à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido;

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 Receber o objeto no prazo se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

17.2 Verificar a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.3 Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento do material entregue em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

17.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;

17.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

17.6 A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.7 Compete ainda à Novacap em relação as CONTRATATOS de terceirização da operação ou da manutenção de infraestruturas do serviço público de manejo de águas pluviais urbanas que vier a celebrar, fazer constar cláusula que determina expressamente que o contrato deverá:

- Observar normas emitidas pela Adasa, sem prejuízo das sanções contratuais impostas pela própria Novacap, nos termos da Lei das Estatais n 13.303/2016; e
- Garantir livre acesso à fiscalização da Adasa a instalações físicas, veículos e demais equipamentos utilizados para a prestação dos serviços contratados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.1.1 Realizar o transporte do material de forma adequada, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, no prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, Indicação da Classe de resistência dos materiais normatizados e apresentação de laudos de ensaios relativos aos lotes de materiais que serão entregues, tudo de acordo com os projetos e especificações técnicas.

18.1.2 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias, o objeto com avarias ou defeitos imediatamente após o recebimento do comunicado;

18.1.3 Comunicar à Contratante, imediatamente por escrito no prazo que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

18.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

18.1.6 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato;

18.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.1.8 O material deverá ser entregue no prazo e quantitativo conforme solicitado pelo gestor do contrato.

18.1.9 A contratada deverá recolher à suas expensas o material recusado pelo gestor do contrato no prazo de 15 (quinze) dias, impreterivelmente.

18.1.10 A empresa contratada deverá fornecer a composição de custo/preço detalhada do produto em questão, conforme Especificação.

18.1.11 Formalizar, no início do contrato, junto ao gestor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação para realização do pedido de material, por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta, WhatsApp, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente;

18.1.12 A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente das especificações técnicas, e respondendo por qualquer crime ambiental que venha a praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

18.1.13 A CONTRATADA deverá apresentar uma (01) amostra da grelha, acompanhada do devido laudo, ou protótipo similar, na qual possam ser verificadas as características e conformidades do produto.

18.1.14 A Contratada deverá colaborar com o cumprimento descrito no item 26.6

19. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e aquelas previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

19.1.1 Os motivos para rescisão do contrato são os apresentados no art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap com exceção do inciso XXIV por força de decisão do Senhor Presidente da NOVACAP, *ad referendum* do Conselho de Administração, contida no Memorando Nº 23/2021 - NOVACAP/PRES.

19.1.2 Conforme o art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, a rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo: por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap; ou de forma amigável, por acordo entre as partes.

19.1.3 As consequências decorrentes de rescisão por ato unilateral da NOVACAP são as apresentadas no art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

20. DAS SANÇÕES

20.1 Conforme o art. 251 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

20.1.1 As sanções aplicáveis pela NOVACAP na presente contratação são: advertência; multa; ou suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.1.2 A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

20.1.3 A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

20.1.4 O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.

20.1.5 Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

20.1.6 O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.1.7 A advertência e a suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

20.1.8 O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

20.1.9 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

20.1.10 A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

20.2 As sanções serão aplicadas conforme os procedimentos apresentados na SEÇÃO XIII do CAPÍTULO I do TÍTULO IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

20.2.1 Cabe à Diretoria de Obras a identificação do quantum das sanções a serem aplicadas.

20.3 Serão aplicadas multas nas seguintes situações, em consonância com o artigo 259 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

a) atraso de até 30 dias na entrega do serviço ou material em relação ao prazo estipulado: de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor do serviço não entregue;

b) atraso superior a 30 dias na entrega do serviço ou material em relação ao prazo estipulado: de 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento), por dia de atraso, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor do serviço não entregue;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos itens **a)** e **b)** deste item;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa parcial ou total na entrega do serviço, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

e) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

20.4 A Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho sem prejuízo das penalidades previstas no subitem 21.3 e de outras previstas em lei.**21. MATRIZ DE RISCOS**

NATUREZA DO RISCO	Nº	RISCO (DESCRIÇÃO)	RESPONSABILIDADE	CAUSA(S)	IMPACTO	MEDIDA MITIGATÓRIA
CONTÁBIL	1	Alteração na alíquota de impostos	Administração Pública	1. Alteração na Legislação	1. Variação no custo (para mais ou para menos).	1. Aditivo contratual.
	2	Variação do preço dos produtos betuminosos (além das previsões inflacionárias), de forma significativa gerando prejuízos à Contratante ou à Contratada	Administração Pública	1. Alteração significativa do preço do produto betuminoso regulado pela administração pública.	1. Atraso no prazo de entrega do material; 2. Paralisação da empresa Contratada; 3. Possível aumento de custos do material.	1. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro conforme interesse da Contratante ou solicitação da Contratada, de acordo com o disposto no Termo de Referência.
FINANCEIRA	3	Atraso no pagamento	Administração Pública	1. Indisponibilidade de recursos financeiros	1. Alteração no fluxo de	1. Pagamento de correção monetária nas faturas

NATUREZA DO RISCO	Nº	RISCO (DESCRIÇÃO)	RESPONSABILIDADE	CAUSA(S)	IMPACTO	MEDIDA MITIGATÓRIA
		faturas			caixa da Contratada.	pendentes.
	4	Reajustamento contratual	Administração Pública	1. Prazo de execução do contrato superar 12 meses, desde que tal extensão de prazo não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA	1. Variação no custo (para mais).	1. Reserva de recursos para fazer jus ao reajuste contratual
JURÍDICA	5	Materiais entregues e impedidos de pagamento	Contratada	1. Falta de apresentação de documentos exigidos para faturamento; 2. Má gestão da empresa Contratada; 3. Atuação da Contratada sem autorização da Contratante.	1. Alterações no fluxo de caixa da Contratada.	1. Melhoria na gestão da empresa.
PESSOAL	6	Acidentes de trabalho sofridos por empregados da Contratada ou com terceiros durante o transporte/entrega dos materiais	Contratada	1. Negligência, imprudência e/ou imperícia da empresa Contratada	1. Indenização aos empregados e/ou terceiros a ser paga pela empresa Contratada.	1. Seguro de Responsabilidade Civil.
TÉCNICA	7	Modificações das especificações do material a ser entregue	Contratante	1. Solicitação de modificações nas especificações técnicas pela Administração Pública; 2. Insumos, equipamentos ou de mão de obra indisponíveis no mercado, justificando tais modificações; 3. Modificações em Normas/Especificações técnicas	1. Falta de material necessário para o cumprimento das atividades da Novacap; 2. Alteração nos custos inicialmente previstos.	1. Aditivos contratuais devido às modificações de preço e/ou prazo; 2. Suspensão temporária das entregas até a regularização e definição das novas especificações.
	8	Não aceitação, por parte da Fiscalização da Contratante, dos materiais entregues pela Contratada, dos laudos e/ou dos certificados de qualidade do fabricante do material	Contratada	1. Não conformidade com as Normas/Especificações Técnicas (aplicação/classe - NBR 10160) e o Termo de Referência. 2. Inobservância, por parte da Contratada, às Normas/Especificações Técnicas (aplicação/classe - NBR 10160) e o Termo de Referência.	1. Falta de material necessário para o cumprimento das atividades da Novacap.	1. Realização de nova entrega, sem ônus para a Contratante, de material em conformidade com as Normas/Especificações Técnicas (aplicação/classe NBR 10160) e o Termo de Referência; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;
	9	Atraso injustificado na entrega dos materiais	Contratada	1. Má gestão da contratada	1. Falta de material necessário para o cumprimento das atividades da Novacap.	1. Advertência, multa ou rescisão unilateral do contrato, adotando-se como prazo máximo para entrega o limite de 72 horas corridas contadas a partir após comunicação feita pela Novacap, por meio de seu Fiscal do Contrato; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;

22. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (acesso em: 01/01/2023).

BRASIL. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 1995. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm (acesso em: 01/01/2023).

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm (acesso em: 01/01/2023).

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm (acesso em: 01/01/2023).

BRASIL. Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Art. 28 estabelece reajuste anual para contratos. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9069.htm (acesso em: 01/01/2023).

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm (acesso em: 01/01/2023).

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. Instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12440.htm (acesso em: 01/01/2023).

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm (acesso em: 01/01/2023).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011. Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei_4611_09_08_2011.html. (acesso em: 01/01/2023).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 6.112/2018, de 02 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual de qualquer natureza com a administração pública do Distrito Federal. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3bf29283d9ea42ce9b8feff3d4fa253e/Lei_6112_02_02_2018.html. (acesso em: 01/01/2023).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 01/01/2023).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 35.592, de 2 de julho de 2014. Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 01/01/2023).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 39.103, de 6 de junho de 2018. Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9540b9b3b6a54ae6877c1326b04d4fd9/Decreto_39103_06_06_2018.html. (acesso em: 01/01/2023).

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Unidade de Administração Geral. Cartilha do Executor de Contrato / Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010. Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponibilizado em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/617899/Cartilha-do-Executor-do-Contrato.pdf/8476c19b-afab-176f-f7df-9f690c2db094?t=1649073151424> (acesso em: 01/01/2023).

NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Regulamento de Licitações e Contratos. Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Novacap, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020. Disponibilizado em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em: 01/01/2023).

TCU, Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 1.502/2018, de 30 de outubro de 2012. Dispõe que sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória. Disponibilizado em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/acord%25C3%25A3o%25201502%252F2018/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520> (acesso em: 01/01/2023).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas que celebrem contratos, consórcios, convênios, concessões ou parcerias público-privadas com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/086e6cf411324809973472ec9f54060a/Decreto_40388_14_01_2020.html. (acesso em: 01/01/2023).

ELABORADO POR:

Técnico(a) em Edificações Lucilane Alves Guimarães

Matrícula: 75.020-4

DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Engº Civil Matheus Pereira da Silva – Chefe Substituto da DPAP/DDR/DO

Engº Civil André Luiz Oliveira Vaz- Chefe Substituto do DDR/DO



Documento assinado eletronicamente por **LUCILANE ALVES GUIMARÃES - Matr.0075020-4, Técnica em Edificações**, em 13/01/2026, às 16:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS PEREIRA DA SILVA - Matr.0973682-4, Chefe da Divisão de Planejamento de Águas Pluviais substituto(a)**, em 13/01/2026, às 16:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA VAZ - Matr.0074895-1, Diretor(a) de Obras**, em 16/01/2026, às 11:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **191823816** código CRC= **41867C94**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br